

JORNAL ANHANGUERA E O “MOVIMENTO BANDEIRA”: IMPrensa, GETÚLIO VARGAS E OPOSIÇÃO

George Leonardo Seabra Coelho*

João Alberto da Costa Pinto**

224

Resumo: Apresentamos na primeira parte deste artigo uma sucinta descrição sobre a participação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia no governo paulista pós-30, diante das conjunturas que levaram à revolta de 1932 e a incorporação dos dois intelectuais no governo de Armando de Salles Oliveira. Com isso será possível perceber a atuação dos dois intelectuais na elaboração do “Movimento Bandeira”, assunto da segunda parte do artigo quando descrevemos a organização e o ideário político do “Movimento Bandeira” nas páginas do jornal *Anhanguera* e as críticas feitas à personalidade política de Getúlio Vargas. E, por fim, destacamos os impactos do Golpe de 10 de novembro de 1937 e como Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, em significativa reviravolta política, acabaram por serem integrados como ideólogos do corpo doutrinário estadonovista.

Palavras-chave: Pensamento autoritário; nacionalismo; bandeirante.

ANHANGUERA NEWSPAPER AND THE "BANDEIRA MOVEMENT": THE PRESS, GETÚLIO VARGAS AND THE OPPOSITION

Abstract: In the first part of this article, we present a brief description of the participation of Cassiano Ricardo and Menotti Del Picchia in the São Paulo government after 1930, given the circumstances that led to the revolt of 1932 and the incorporation of the two intellectuals into the government of Armando de Salles Oliveira. This will make it possible to understand the role of the two intellectuals in the development of the "Bandeira Movement", the subject of the second part of the article when we describe the organization and political ideology of the "Bandeira Movement" in the pages of the newspaper *Anhanguera* and the criticisms made of the political personality of Getúlio Vargas. And finally, we will highlight the impact of the coup of November 10, 1937 and how Cassiano Ricardo and Menotti Del Picchia, in a significant political turnaround, ended up being integrated as ideologues of the State's doctrinal body.

Keywords: Authoritarian thinking; nationalism; bandeirantes.

* Professor Adjunto no curso de Licenciatura em História da UFT-Porto. Doutor em História pela (UFG). E-mail: george.coelho@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-3166-4008

** Professor na Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de História (UFG). Doutor em História. E-mail: joaoacpinto@ufg.br. Orcid: 0000-0002-2493-4567

EL PERIÓDICO ANHANGUERA Y EL "MOVIMIENTO BANDEIRA": LA PRENSA, GETÚLIO VARGAS Y LA OPOSICIÓN

Resumen: En la primera parte de este artículo, presentamos una breve descripción de la participación de Cassiano Ricardo y Menotti Del Picchia en el gobierno de São Paulo después de 1930, dadas las circunstancias que llevaron a la revuelta de 1932 y a la incorporación de los dos intelectuales al gobierno de Armando de Salles Oliveira. Esto permitirá comprender el papel de los dos intelectuales en el desarrollo del "Movimiento Bandeira", tema de la segunda parte del artículo, cuando describamos la organización y la ideología política del "Movimiento Bandeira" en las páginas del periódico Anhanguera y las críticas realizadas a la personalidad política de Getúlio Vargas. Y, por último, destacaremos el impacto del golpe del 10 de noviembre de 1937 y cómo Cassiano Ricardo y Menotti Del Picchia, en un giro político significativo, acabaron siendo integrados como ideólogos del cuerpo doctrinal del Estado.

Palabras clave: Pensamiento autoritario; nacionalismo; bandeirante.

Introdução

Comumente as análises sobre a História política brasileira do século XX periodizam o período que vai de 1930 a 1945 como um bloco coeso. Tal afirmativa deriva dos estudos realizados pela historiadora Ângela de Castro Gomes (1980). Segundo esta visão, a Revolução de 30¹ assinalaria um novo ponto de partida, rompendo definitivamente com o passado e inaugurando o projeto político revolucionário. O golpe de 1937 foi tomado como novo ponto de referência e reinício revolucionário, “sua marca principal” seria “a consecução lógica do movimento de 1930 e, nesse sentido, os sete anos que o antecedem passam a ser a antecâmara de sua presença inevitável”, sendo 1945 “outro ponto de cisão e de partida renovadora” (Gomes, 1980. p. 24). De acordo com a autora, essa leitura apaga da memória histórica as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937.

Contribuindo com essa reescrita da História, os anos entre 1930 e 1937 foram definidos por Sônia Regina de Mendonça (1990) como um período de crise política aberta. Como

¹ É importante frisar que a “Revolução de 30” não foi uma revolução popular, mas um movimento político de grupos heterogêneos das classes dominantes regionais descontentes com o pacto republicano entre São Paulo e Minas Gerais. A produção historiográfica tradicional acerca do tema, segundo Mendonça (1990), se divide entre o caráter burguês ou não da “revolução”, a qual seria responsável pela emergência de uma atuação estatal modernizadora ou a manutenção do perfil conservador da economia brasileira.

nenhum grupo político tornou-se hegemônico em sucessão à antiga ordem, Getúlio Vargas teve a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa (Mendonça, 1990). Mesmo com a relativa autonomia do Governo Federal, vários acontecimentos – Revolução Paulista de 1932, Constituição de 1934 e Intentona Comunista de 1935 – e movimentos políticos – Integralismo, Comunismo, Patrianovismo e Democracia Liberal – apareceram nas arenas regional e nacional de disputa política.

Seguindo na esteira de trazer à luz outros acontecimentos nesse recorte, ressaltamos que, além dos já conhecidos fatos e movimentos políticos, atores políticos reuniram-se em torno do “Movimento Bandeira” e também se lançaram na disputa política. A partir desta observação, entendemos que a década de 1930 abriu ao campo das ideias políticas novas possibilidades de organização da sociedade. Tendo em vista essa proposição, destacamos que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia – líderes do “Movimento Bandeira” – adaptam suas posições literárias constituídas na década de 1920 à nova realidade política nacional. Com base nessa premissa, este artigo abre outros horizontes de investigação aos examinar os conflitos e elaboração do projeto político bandeirista² que se opunha a Getúlio Vargas por meio das páginas do jornal *Anhanguera* e, ainda, como esse mesmo projeto foi incorporado ao corpo doutrinário estadonovista.

Na primeira parte deste artigo apresentaremos a participação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia no governo paulista pós-30, faremos uma rápida descrição das conjunturas que levaram à revolta de 1932 e a incorporação dos dois intelectuais no governo de Armando de Salles Oliveira. Tal percurso é importante para vislumbrarmos a atuação dos dois intelectuais na política como plataforma para a elaboração do “Movimento Bandeira”. A segunda parte expõe a organização e ideário do “Movimento Bandeira” por meio do jornal *Anhanguera* e a crítica à personalidade política de Getúlio

² O termo bandeirista será utilizado para fazer referência aos intelectuais que pertenciam ao Movimento Bandeira. Quando o termo bandeirista tem o mesmo valor de novos bandeirantes, ou seja, ele fará referência às personalidades que participam do referido grupo.

Vargas. E, por fim, destacamos os impactos do Golpe de 10 de novembro de 1937 e a absorção de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia no corpo doutrinário estadonovista.

A crise política em São Paulo após 1930, a Revolta de 1932 e a pacificação do país.

Em suas memórias, Cassiano Ricardo (1970) relembrou que a Revolução de 30 impediu a posse de Júlio Prestes e, em consequência disso, se viu desempregado, tanto pelo fechamento do *Correio Paulistano* – diário que apoiava o governo de Washington Luís – pela Aliança Liberal, quanto por sua exoneração do gabinete de Júlio Prestes pelo governo revolucionário. Contudo, os contatos feitos no Rio Grande do Sul e em São Paulo evitaram sua exoneração, sendo convidado pelo interventor João Alberto para retornar ao serviço público. Assim, sem compromisso político com a nova conjuntura e sem sacrificar-se com a política cujo ciclo se encerrava, o poeta retornou às atividades no serviço público.

Os meses seguintes ao fim da República de 1889 foram marcados pela instabilidade política, especialmente em São Paulo. A inconstância nas relações políticas entre as elites paulistas e o Governo Provisório pode ser explicada pela nomeação de interventores não paulistas. Com a renúncia de João Alberto em julho de 1931, novas esperanças surgiram no horizonte dos paulistas, pois era claro o entusiasmo face à possibilidade de indicação de Plínio Barreto à interventoria (Capelato, 1980). Entretanto, este não chegou a tomar posse em virtude da pressão dos tenentes, que o consideravam seu adversário em razão de um artigo intitulado *Heróis, não!*, escrito em 1922. Em seu lugar foi nomeado Laudo de Camargo, nomeação que libertaria São Paulo do jugo militar e devolveria o governo a um civil paulista.

Um ano após assumir a interventoria em 26 de julho de 1930, Laudo de Camargo nomeou Cassiano Ricardo em caráter efetivo para o cargo de Diretor de Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, cargo que exerceu interinamente até 1955. Todavia, quatro meses depois, por pressão dos tenentes, Laudo de Camargo também renunciaria e o governo foi entregue ao coronel Manuel Rabelo, o que provocou a exaltação do sentimento regionalista.

A repulsa ao tenentismo em São Paulo inseriu-se em um contexto mais amplo, pois o móvel “básico da disputa se localiza na marginalização do conjunto da burguesia paulista, por parte do poder central, expressa, entre outros episódios de luta, na campanha em favor de um interventor civil e paulista” (Fausto, 1990. p. 248). Os tenentes propunha a centralização como fórmula política capaz de atender às necessidades das várias regiões do país, pois os tenentes procuravam emprestar ao Estado uma orientação centralizadora, bem como reforçar o intervencionismo da União e a crítica às instituições liberais (Gomes, 1980; Oliveira, 1980). As disputas assumiram contornos especiais em São Paulo, quer pela intervenção tenentista – com o objetivo de afastar a oligarquia paulista da cúpula dirigente –, quer pela reação das oligarquias paulistas na defesa da descentralização e pelo federalismo contra o centralismo do pós-30.

Ante a notícia da indicação de Pedro de Toledo – outro representante paulista e civil –, o jornal *O Estado de S. Paulo* desacreditou da intenção de devolver aos paulistas sua autonomia (Capelato, 1980). A tensão entre a elite paulista e o Governo Provisório no ano de 1932 se agravou ainda mais com a formação da Frente Única Paulista (Sandes, 2012). A agitação paulista era tão forte que até mesmo o compromisso assumido de marcar eleições para 1933 não impediu que eclodisse a Revolução Constitucionalista em 1932 (Capelato, 1980). Boris Fausto (1990) compreende esse episódio como uma revolta de todos os setores da elite paulista, não tanto por razões econômicas, mas, sobretudo por razões de natureza política. Apesar das divergências com o Poder Central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se dispuseram a correr o risco de “enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder a menos de dois anos antes” (Fausto, 2000. p. 191). Devido a isso, as forças revolucionárias paulistas ficaram praticamente sozinhas, “contando [apenas] com a milícia estadual e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais” (Fausto, 2000. p. 191).

A campanha de mobilização militar em São Paulo foi sem precedentes, foram organizados vários comícios, passeatas, discursos, manifestos, proclamações, campanhas populares e jornalísticas (Lopes, 2009). Maria Helena Capelato (1981) faz

questão de realçar que os setores dissidentes da classe dominante paulista atuaram juntos na luta pela defesa de São Paulo contra o Governo Provisório, entre eles, membros do Partido Democrático (PD) e do Partido Republicano Paulista (PRP), representantes do setor agrário, comerciantes e industriais.

Menotti Del Picchia (1932), relendo a Revolução Constitucionalista em seu ensaio *A Revolução paulista: através de um testemunho do gabinete do governador* (1932), afirmava que, desde os primeiros momentos da revolta, as estações de rádio mobilizaram-se espontaneamente, “transformando-se em formidáveis elementos de guerra” (Picchia, 1932. p.78). A intenção dessa obra publicada logo após o fim do conflito era “fixar num depoimento, quase que no flagrante do glorioso drama, os fatos cujos ecos ainda percutem nossos ouvidos para que fiquem impregnados daquele espírito de generosa heroicidade” (Picchia, 1932. p. 5). Afirma, ainda, que a “epopeia constitucionalista de 9 de julho” somente “pode ter sentido se escrita com paixão” de “um povo culto, idealista e ardente” (Picchia, 1932. p. 5). Este intelectual entendia que o levante paulista era “uma necessidade e uma fatalidade”, pois “os bandeirantes [...] pediam ingenuamente a lei para todo o Brasil” (Picchia, 1932. p. 18). Por fim, este “homérico e sangrento drama iniciado a 9 de Julho tornar-se-á o maior motivo de orgulho e de glória de todos os brasileiros” (Picchia, 1932. p. 17).

Na mesma linha de valorização do bandeirante como símbolo da Revolta de 32, Guilherme de Almeida recuperava – em pronunciamentos de rádio – os heróis regionais para convocar os paulistas a se lembrarem das bandeiras “que iam [...] terra a dentro ou rio acima”, dos “homens rústicos, dilatadores de terras, fazedores de Pátria, que [...] fizeram a terra do Brasil, e nela semearam a gente Brasileira” (Almeida *apud* Osório, 1933. p. 115). Esse pronunciamento retomou o mito bandeirante³ como construtor da nacionalidade, assim o escritor convocava os paulistas “filhos dos fazedores de Pátria” para “refazer o Brasil” (Almeida *apud* Osório, 1933. p. 116). Em suas memórias escritas

³ A mística bandeirante é presente na mentalidade intelectual paulista, tanto como memória histórica, quanto na construção da identidade. Tal construção discursiva teve contribuição de Paulo Setúbal e Alfredo Ellis Jr e, como outros escritores, apropriou-se do bandeirante como expressão da personalidade – desbravadora, destemida, altiva, determinada, independente, leal e líder – do paulista e, acima de tudo, seriam os responsáveis expansão das fronteiras da Pátria.

na década de 1970, Cassiano Ricardo (1970) recordou que um de seus discursos pelo rádio na série *Em Defesa da Revolução*, o poeta estabeleceu a associação entre São Paulo e o Brasil, uma vez que o único crime do estado paulista “foi o de ter querido demais a lei” e trabalhar “pela grandeza da Pátria” (Ricardo, 1970. p. 62).

Ao final do conflito, Cassiano Ricardo e outras personalidades foram presos e recolhidos à Sala da Capela no Rio de Janeiro. Segundo Vivaldo Coaracy (1933), Cassiano Ricardo passou pela Sala da Capela no mês de outubro, sendo liberado poucos dias depois por interferência de João Alberto. Depois da sua liberdade, voltou a São Paulo levando consigo um ofício de Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal que havia conhecido durante o governo de João Alberto. Por meio desse ofício, o interventor paulista Waldomiro de Lima foi informado da participação do poeta na revolta e informou, inclusive, que o poeta não fora um dos seus chefes. Com isso, reassumiria o cargo de diretor de expediente do Governo paulista em 1933.

A vitória das tropas federais sobre a Revolta Constitucionalista em 1932 não encerrou o impasse entre São Paulo e o Governo Provisório, uma vez que Getúlio Vargas deveria decidir sobre o futuro político dos paulistas. A primeira medida foi nomear o general Waldomiro de Lima como interventor do estado. Meses depois, Vargas consultou os paulistas por meio de listas de indicação e Armando de Salles – único nome que constava em todas elas – foi nomeado interventor em agosto de 1933.

Com a indicação de Armando de Salles à interventoria de São Paulo ocorreu a aproximação dos paulistas com Vargas e, assim, redefiniu o jogo político no processo de instalação da Constituinte. A aliança entre Armando de Salles e o governo central foi a forma que a elite política paulista encontrou de estabelecer a presença de São Paulo no cenário político nacional (Sousa, 2013). Todavia, a nomeação de Armando de Salles foi uma aposta arriscada, mas é evidente a opção de Vargas por “amenizar o clima de conspiração que envolvia o ambiente político paulista” (Sandes, 2012. p. 58). A derrota da Revolução Constitucionalista em 1932 não representou a ruína dos valores simbólicos, políticos e econômicos dos paulistas, uma vez que a participação de políticos paulistas na Constituição de 34 assinalou uma espécie de reincorporação de São Paulo no cenário nacional (Gomes, 1980).

De acordo com Carolina Soares Sousa (2013), a relação entre políticos paulistas filiados ao PD – dentre eles Armando de Salles – e Getúlio Vargas pode ser entendida da seguinte forma: o apoio a Getúlio Vargas durante a revolução de 1930, a oposição que desemboca na revolta de 1932, a reaproximação com Vargas e a ascensão de Armando de Salles à interventoria e, por fim a oposição a Vargas em 1937 em razão da campanha presidencial.

Em 1934 Armando de Salles convidou Cassiano Ricardo para reassumir a função no Gabinete do Governo, cargo que já exercera na gestão de Júlio Prestes, antes de 1930, e de Pedro de Toledo, em 1932. Na ocasião, Cassiano Ricardo convidou Picchia para assessorá-lo. Ao serem reconduzidos à administração pública, os dois escritores assumiram as funções de propagandistas do governo *armamentista* por meio da Revista *S.Paulo* em 1936. Este mensário – patrocinada pelo departamento de propaganda do governo do estado de São Paulo – foi um importante meio de comunicação que se utilizou das fotomontagens de cunho político para “divulgar a situação atual do estado paulista, assim como lançar as bases para a campanha política para eleição de Armando de Salles que se daria no ano de 1937” (Coelho, 2023. p. 545).

Retornando à administração pública sob o governo no novo interventor, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia divulgaram o governo paulista e deram início a organização da campanha – empreendida em torno do Movimento Bandeira (1935-1937) – em prol da campanha de Armando de Salles à presidência em 1937 por meio do jornal *Anhanguera*. Com tais ações, consideramos que estes intelectuais colaboraram com a reincorporação política e simbólica dos paulistas no cenário nacional. Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, intelectuais ligados ao movimento modernista verde-amarelo e futuros colaboradores do Movimento Bandeira reforçavam o vínculo entre o Bandeirante, São Paulo e a Nação brasileira durante o conflito de 1932, e agora, utilizam-se desse mesmo conjunto discursivo para combater o Integralismo, o Comunismo, a Democracia Liberal e Getúlio Vargas.

Tais posições buscavam consagrar o conflito armado entre São Paulo e o Governo Provisório como uma forma de representar toda a Nação brasileira. O movimento constitucionalista ganhou grande respaldo no pensamento político de Cassiano Ricardo

e Menotti Del Picchia. Tais enunciados serão fundamentais para compreender a composição do ideário do Movimento Bandeira como movimento político cultural que se colocava como opositor à Getúlio Vargas, tema que será abordado na próxima seção.

Movimento Bandeira, o jornal *Anhanguera* e a oposição à Getúlio Vargas

À frente da revista *Novíssima* em 1923, Cassiano Ricardo combatia os “falsos apóstolos da democracia” que ameaçavam as “tradições liberais” (Coelho, 2015. p. 57). Essa posição de Cassiano Ricardo na década de 1930 foi radicalmente modificada frente à adesão das propostas que denunciavam a ineficiência do sistema democrático liberal. Menotti Del Picchia também se preocupava com os caminhos da democracia na década de 1930 em seu ensaio *A crise da democracia* (1931), onde desenhava um “mapa geral e panorâmico” sobre os “modernos mitos sociais: ‘democracia’, ‘liberdade’, ‘voto secreto’” (Picchia, 1931. p. 15).

Menotti Del Picchia considerava que o “golpe dado à civilização do café” em 1930 foi provocado por um “liberalismo oco” (Picchia, 1932. p. 12). Durante a campanha à presidência de Armando de Salles em 1937, Cassiano Ricardo recuperou o posicionamento de Picchia de 1932 em seu ensaio *O Brasil no Original* escrito em 1937, obra vista como panfletária do Movimento Bandeira. Neste texto, o líder bandeirista considerava que “a revolução de 30 foi liberal” e “não passou de uma mudança de quadros”, agindo em nome de “um fantasma”, ou seja, “nenhuma ideologia [a] norteava, senão o pensamento imediato e medíocre do mando” (Ricardo, 1937. p. 113).

No ensaio em tela, Cassiano Ricardo apontava que a Revolução de 1932 despertou a “qualidade guerreira do paulista” (Ricardo, 1937, p. 89). Para o poeta, a

revolução de 32 não foi uma revolução liberal, mas uma revolução [...] em nome das atividades sociais e econômicas de uma região brasileira [...] Protesto de autonomismo contra o centralismo salteador, compressor e impatriótico [...] desespero de um povo ardentemente nacionalista que se levantou em armas para restabelecer o equilíbrio brasileiro (Ricardo, 1937. p. 113).

Para Cassiano Ricardo, São Paulo demonstrou – em 1932 – que “ser bandeirante é a forma mais violenta de que dispõe o paulista para ser brasileiro” (Ricardo, 1937, p. 247). Entendemos que a crítica à Democracia Liberal e a pretensão de definir São Paulo como

um farol que guiaram a Nação contra a barbárie tornaram-se os principais enunciados trabalhados por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, e mais, eles são fundamentais para compreender as estratégias que os novos bandeirantes elaboraram para se lançar na disputa política em meados da década de 1930.

O Movimento Bandeira foi organizado por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia entre 1935 e 1937. O ideário desse grupo apropriou-se de uma série de enunciados literários *verde-amarelos* para combater o Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal. Ao combater essas ideias, os líderes bandeiristas defendiam a instauração do Estado Forte e da Democracia Social Nacionalista. Outro ponto importante do ideário desse grupo era a defesa pela candidatura de Armando de Salles à Presidência da República nas eleições marcadas para 1938. E, por último, mas não menos importante, a ferrenha campanha de oposição à Getúlio Vargas.

Como apontado, a estruturação do ideário político e literário dos novos bandeirantes teve origem no grupo verde-amarelo, tanto na articulação das ideias, quanto na composição dos integrantes, com exceção de Plínio Salgado que se tornaria o líder do Movimento Integralista. Paralelamente ao princípio de incorporar a atualidade sem quebrar as tradições, a valorização das coisas brasileiras, a crítica do *estrangeirismo* e a defesa da arte de cunho político complementava a base ideológica dos bandeiristas. Na apropriação do mito bandeirante como plataforma política, os novos bandeirantes evocavam a relação entre o tempo – passado e presente – e o espaço – região paulista –, bem como, entre a tradição e o moderno (Coelho, 2015).

Frente a dificuldade de criar partidos nacionais, à falta de um conteúdo ideológico que arregimentava a sociedade nesses partidos, à tendência autoritária de Getúlio Vargas, à oposição de grandes organizações vistas como inimigas da nacionalidade – Ação Integralista Brasileira (AIB) e Comunismo – e ao descrédito com a Democracia Liberal, Cassiano Ricardo e outros intelectuais tentam resolver esse problema ao desenvolver a proposta do Movimento Bandeira como uma organização cultural de caráter nacional. Os novos bandeirantes se colocavam fora e acima dos partidos, pois acreditavam que os partidos existentes não representavam os interesses brasileiros.

Em vez de indicar a formação de um partido com base nacional, o Movimento Bandeira propôs o resgate do passado regional para sugerir uma organização cultural de caráter nacional. Com esse recurso de retórica, os “novos bandeirantes” propunham reunir todos os interesses e necessidades da Nação, assim como as bandeiras históricas o fizeram para lançar a semente do Estado moderno no século XVII. De acordo com esse ideário, as novas bandeiras no século XX pretendiam retrair os caminhos da nacionalidade e defender as fronteiras espirituais da Pátria.

Os bandeiristas organizaram diversas formas de divulgar seu ideário, entre eles, o Departamento Cultural da Bandeira que publicaria uma série de obras ensaísticas de seus membros, entre elas: *O Brasil no original* (1935), de Cassiano Ricardo; *Exposição do pensamento bandeirante* (1936), de Menotti Del Picchia; *O Estado brasileiro*, de Cândido Motta Filho; *Capitalismo e economia nacional*, de Aben-Assar Neto; e *Filosofia da arte brasileira*, de Guilherme Figueiredo. Apesar da organização desse Departamento, a principal forma de divulgação do programa bandeirista em 1937 foi o jornal *Anhanguera*.

O jornal *Anhanguera* foi dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Tinha como redator principal Osmar Pimentel, Guilherme Figueiredo era o crítico literário e Belmonte como ilustrador e, a partir do sexto número, Didio Valiengo assumiu a função de diretor gerente. Por meio deste periódico eram divulgadas as ações do grupo, as listas e comentários de colaboradores, a opinião sobre Getúlio Vargas, a defesa da candidatura de Armando de Salles à Presidência e a oposição ao Comunismo, ao Integralismo e à Democracia Liberal.

Para Nelson Werneck Sodré (1999), o controle dos meios de comunica o   uma luta em que aparecem institui es e pessoas das mais diversas situa es sociais, culturais e, sobretudo, políticas. Na mesma linha de raciocínio, Marcondes Filho (1989) salienta que a busca das visões difundidas pela imprensa   indispensável, pois ela   um campo de batalha, uma vez que indivíduos e grupos afirmam publicamente seus interesses e aspira es. O jornalismo pretende preservar certa impessoalidade capaz de afirmar seu poder e soberania por meio da constru o de uma verdade planejada e, ao mesmo tempo, edificar uma versão parcial da realidade, a qual   ancorada na passividade, na

acomodação e na apatia de seus receptores. A partir dessas reflexões, abrimos diálogo com Tânia Regina de Luca (2008) para compreendermos que a imprensa periódica seleciona, ordena e narra – de determinada forma – aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público. A autora considera, inclusive, que a imprensa escrita constrói uma identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento.

O jornal *Anhanguera* não era um meio de comunicação ligado exclusivamente às demandas políticas das facções oligárquicas que controlavam o acesso ao cenário político paulista, pois esse ele surgiu (em 26 de junho de 1937) e desapareceu (em 14 de setembro de 1937) com uma função bem delimitada: divulgar o ideário bandeirista. Apesar de sua breve circulação, esse jornal nos oferece o panorama da articulação e difusão de leituras sobre o País e os caminhos que a elite dirigente deveria tomar.

Não negamos que o jornal *Anhanguera* recebia verbas de parte das oligarquias paulistas para apoiar seu projeto; mas é verdade, também, que tal capital não era exclusivo no financiamento, uma vez que encontramos diversos anúncios de empresas públicas e particulares. Optamos por registrar algumas: Banco do Estado de São Paulo, Viação Aérea São Paulo (VASP), Instituto Nacional de Previdência, Estrada de Ferro Sorocaba, cervejarias Antártica e Brahma. Além desses anúncios, encontramos outros divulgando concerto de chapéus, eletrodomésticos, isqueiros, automóveis e de profissionais liberais. A partir do n. 31, o jornal reservou espaço para anunciantes, tendo como título, “Indicador profissional”.

A partir do n. 40, o número de anúncios no jornal é explicitamente duplicado, o que demonstra uma possível circulação mais abrangente do periódico. Podemos considerar que, no decorrer das edições, o número de seus leitores se ampliou, pois os redatores informavam que exemplares foram enviados para diversos outros estados. Mesmo que tivesse sido apenas uma jogada publicitária para criar uma atmosfera de adesão ao Movimento Bandeira, consideramos que essa estratégia serviu para atrair novos anunciantes.

Do n. 24 em diante, o jornal trouxe o suplemento feminino “Yara”, escrito por Maria Antonieta Silva Medeiros, diretora do Instituto “Sanitas” e membro do Departamento Feminino da Bandeira. A partir do n. 18, os redatores incluíram a seção “O Curupira”, como suplemento semanal, sempre com publicação de contos e crônicas e, a partir do n. 48, o corpo editorial acrescenta um suplemento direcionado para crianças intitulado “Bichano”.

É possível perceber que no decorrer de suas edições, esse jornal foi se transformando, fazendo acréscimos constantes de novos suplementos, anúncios e repartições típicas de diários convencionais. Apesar de a organização do diário ser um espaço de combate às “ideologias forasteiras”, o *Anhanguera* começa a se organizar também como um jornal que busca atender a um público heterogêneo como, por exemplo, o público feminino, infantil, comerciantes e pessoas interessadas por esporte e literatura. Contudo, o carro chefe desse diário era a crítica às “ideologias forasteiras”, notícias sobre as Forças Armadas, informações sobre o processo eleitoral à Presidência da República e a oposição a Getúlio Vargas.

São claras as preocupações dos novos bandeirantes sobre as pretensões autoritárias de Getúlio Vargas. Em uma manchete vemos o seguinte anúncio: “O sr. Getúlio Vargas está intervindo abertamente na campanha presidencial” (O..., 1937. p. 1). Na coluna *Em dia com a opinião nacional* encontramos a construção da personalidade de Vargas; segundo Antenor Novaes (1937. p. 2) este é um político que “não olha os meios, quando quer chegar a determinados fins condenáveis”.

No editorial intitulado *Duas mentalidades*, os redatores bandeiristas criticam o presidencialismo liberal, dizendo que o representante da Nação “fica tão focalizado pela opinião” que os “atos e suas ideias se refratam no clima político ambiente, moldando-o à sua imagem e semelhança” (Duas..., 1937. p. 1). Os bandeiristas aproveitam essa opinião para atacar a Democracia Liberal, pois esse sistema político forçaria o presidente a ficar refém da opinião pública, e que Vargas se aproveitaria dessa situação.

Além de aproveitar da opinião pública para se manter no poder, os novos bandeirantes denunciam que a “mobilidade, as surpresas, a instabilidade ideológica do sr. Getúlio

Vargas” o levariam a “chamuscar com todas as correntes” (Duas..., 1937. p. 1). Para os redatores, a “dança de S. Guido” de Vargas – os seus movimentos involuntários (tique cromático) – trouxe “para os espíritos confusão e falta de rumo” e acusam o presidente de agir com atitudes de “despistamento” (Duas..., 1937. p. 1). Para confirmar essa acusação, demarcam as temporalidades⁴ políticas de Getúlio Vargas: apresentou uma “grotesca contradança, a qual manquitolar o passo mole e burguês dos venerandos carcomidos”, “pirateou na sarabanda revolucionária” e “agora o leva a ritmar sua marcha pelo ‘passo-de ganso’ das formações nazistas-brasileiras”, leia-se, com o Integralismo (Duas..., 1937. p. 1).

Para denunciar as manipulações de Vargas, a figura do Jeca Tatu – personagem criada por Monteiro Lobato – foi apropriada pelos novos bandeirantes. Em uma charge feita por Belmonte e publicada no primeiro número do jornal, vemos a reação do Jeca frente aos “malabarismos” políticos de Vargas. Vejamos:



Figura 1 – O Trapezista

Fonte: Jornal Anhanguera 26 de junho de 1937 ano 1, n. 1, p. 1.

⁴ Essa temporalidade já havia sido ironizada em outra charge encontrada no jornal Anhanguera e trabalhada no capítulo anterior (Figura 25). Na ocasião, o Jeca assiste aos malabarismos do trapezista Getúlio, esperando que ele caísse.

Essa charge insere o Jeca na esfera política, uma vez que ele não é representado como um espectador passivo frente à política nacional, mas emite sua opinião. Esse Jeca politizado ironiza até no vocabulário sulino: “Ché... Esse camarada ainda acaba se estrepando...” (O..., 1937a. p. 1). A charge apresenta, ainda, a posição dos “novos bandeirantes” em relação a Getúlio Vargas e sua técnica de transitar entre os grupos. A crítica a Vargas é organizada em uma sequência temporal: o trapezista pula do Liberalismo para o *outubrismo* do movimento de 30, da Constituição de 1934 para o período democrático, largando-a e indo ao encontro do Integralismo. A charge deixa a seguinte incógnita: qual seria o próximo “ismo” de Vargas?

Ainda construindo a personalidade política de Getúlio Vargas, os bandeiristas denunciam a simpatia de Vargas com a candidatura de Plínio Salgado. De acordo com os redatores do jornal *Anhanguera*:

Vargas quer agradar os “camisa verde” (sic), para uma possível convulsão do Brasil [...] Há quem diga, por exemplo, que o sr. Getúlio – dentro das suas normas de “cozinhar em água fria” – percebendo que a candidatura nascida da convenção já está desmoralizada, vê no sr. Plínio Salgado a última possibilidade de pôr no Catete um fantoche que ele poderia manobrar ao seu bel-prazer (Trocando..., 1937. p. 1).

Mesmo com as afirmações de que Vargas queria agradar o Integralismo ou ainda colocar um “fantoche no Catete”, os colaboradores bandeiristas consideram que a “tapeação” é um jogo “engraçado e confuso” arquitetado por Vargas (Trocando..., 1937. p. 1). A charge⁵ abaixo procura representar tais artimanhas de Getúlio Vargas:

⁵ Não consta informação acerca do autor da charge, em função de se tratar de uma charge editorial, cuja particularidade foi explicada anteriormente.



Imagem 2 – O líder da maioria

Fonte: Jornal Anhanguera, 29 de junho de 1937, ano 1, n. 3, p. 1

Essa charge ironiza Vargas em seu camarim, brincando com fantoches e com seus disfarces pendurados na parede. Como de costume, nas “charges editoriais” do jornal *Anhanguera*, o ilustrador deixa uma frase para completar sua intertextualidade: “O líder da maioria – Qual será o novo ‘travesti’ deste irrequieto Fregoli?” (O..., 1937b. p. 1). O líder da maioria seria Armando de Salles que olha pela cortina, o qual representaria o ideário bandeirante. Os críticos bandeiristas acusam Vargas comparando-o a Fregoli, um famoso artista de palco conhecido por fazer várias trocas de figurinos em pouco tempo. Além de estar com fantoches nas mãos, Vargas tem, a seu dispor, vários figurinos – ditadura comunista, integralista, liberal democracia, outubrismo – para confundir a opinião pública.

Para os opositores de Vargas, essas atitudes do presidente desorganizam “o país e acabam tornando intranquilos os espíritos” (Duas..., 1937. p. 1). Além da intranquilidade provocada pelo Comunismo, pelo Integralismo e pela ineficiência da Democracia Liberal, os bandeiristas afirmam: a “nação quer [...] atitudes retilíneas e exatas, que mostrem ao povo o objetivo claro para o qual se caminha” (Duas..., 1937. p. 1).

Como todos os pontos de crítica realizados pelos novos bandeirantes, Vargas é novamente satirizado em charges, como esta que reproduzimos a seguir, feita por

Belmonte, cuja imagem revela os argumentos expostos em toda crítica dos bandeiristas contra Vargas



Imagem 3 – Vargas com braçadeiras e cartola.

Fonte: Jornal Anhanguera, 30 de julho de 1937, ano 1, n. 29, p. 1.

Essa charge representa as artimanhas de Vargas por meio da cartola burguesa e as braçadeiras com o símbolo comunista e integralista. A ilustração traz o comentário: “— Que diabo! A gente precisa estar bem com todos eles...” (Que..., 1937. p. 1). Nessa charge, os bandeiristas expõem sua posição em relação à atuação de Getúlio Vargas na política nacional: eles ironizam seus malabarismos, apontando-os como caracterizados pela incerteza pessoal e responsável pela instabilidade do regime.

Para os redatores anhangueiras, houve quem julgasse Vargas um “mestre em jogar xadrez político” ou dotado de um “camaleonismo ideológico com que coloriu sua política” (A..., 1937. p. 1). Outros descreviam que seus nervos eram “compostos não de

células sensíveis, mas de uma estranha matéria plástica, fria como as roscas de uma serpente” (A..., 1937. p. 1). Alguns consideram que as “suas contraditórias deslocções” criaram a “genialidade do homem de visão fluminea, que se desloca” para se colocar “sempre ao lado da vitória” (A..., 1937. p. 1).

Frente às várias tentativas de compreender Vargas, os bandeiristas o consideram “um assombro e um mistério” (A..., 1937. p. 1). Por fim, afirmam que “o honrado chefe de governo, não tem alma de monstro, nem nervos de borracha, nem a ferocidade álgida dos ofídios. É apenas uma rolha. Uma rolha que flutua à mercê dos acontecimentos” (A..., 1937. p. 1). De modo geral, os bandeiristas concluem que somente uma “preocupação obsessiva seu espírito: manter-se no poder”, pois Vargas seria o mais “desprezado politiqueiro” que já se hospedara no palácio do Catete que toma “a peito a implantação de uma ditadura no Brasil” (A..., 1937. p. 1).

Para esses ideólogos do Movimento Bandeira, as indecisões do presidente eram o principal empecilho para a realização do pleito eleitoral, uma vez que a oposição de Vargas frente ao Comunismo era conhecida, mas em relação ao Fascismo, incerta. Os líderes do Movimento Bandeira acusam-no de aproximação ao nazismo-Integralismo, da promoção da instabilidade política e do ataque à ordem. O principal temor dos novos bandeirantes dizia respeito às intervenções de Vargas na sucessão presidencial e as suas intenções de se perpetuar no governo, ou seja, a “técnica do golpe de Estado” que trazia confusão ao processo eleitoral.

O Golpe de 1937 e as reorientações do bandeirismo

Em meio à campanha de sucessão presidencial, o ataque ao Integralismo adquire a categoria de combate à cópia de modelos europeus e aos “ismos” políticos. Já a oposição a José Américo se resume à falta de projeto do candidato e à intervenção de Getúlio Vargas no processo eleitoral. Contra as duas candidaturas, o único candidato que representaria a originalidade brasileira, conforme o projeto político do Movimento Bandeira, que defenderia a Democracia e colocaria São Paulo à frente do Governo Federal seria Armando de Salles.

O Movimento Bandeira sustentava o apoio de Armando de Salles com o intuito de consolidar a vitória do projeto político e econômico paulista. Noticiava-se a repercussão da campanha presidencial em outros estados, os comícios pacíficos do candidato bandeirante em contraposição à violência das manifestações integralistas, à crítica ao PRP e ao descrédito de José Américo. Essa campanha se baseava na oposição aos extremismos de direita e de esquerda e no fortalecimento da União Democrática Brasileira, pois somente ela seria capaz de congregiar as forças políticas e a candidatura que criaria a Democracia Social Nacionalista. A defesa de um único programa ideológico para o Brasil e a importância da propaganda na campanha eleitoral eram as principais preocupações dos intelectuais reunidos em torno do Movimento Bandeira e divulgada pelo jornal *Anhanguera*.

Ao lermos as memórias de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, e também os estudiosos que tratam desses intelectuais, não encontramos as razões pelas quais o jornal deixou de circular; temos conhecimento apenas de que as ações do grupo deixaram de ocorrer poucas semanas antes do golpe de 1937, concretizando o temor que os bandeiristas expressavam por meio do periódico apresentado aqui.

Durante os ensaios da campanha política da sucessão presidencial no segundo semestre de 1937, Fausto (2000) entende que faltava um pretexto para Getúlio Vargas reacender o clima golpista, pois estava ciente de que o poder escaparia de suas mãos. O Plano Cohen foi posto à mesa como um documento – forjado – acusava uma suposta insurreição comunista. Esse plano passou para as mãos da alta cúpula do Exército e, em 30 de setembro de 1937, havia sido divulgado em programas oficiais de rádio e jornais. Em fins de outubro do mesmo ano, o deputado carioca Negrão de Lima percorreu os estados do Norte e do Nordeste para garantir o apoio dos governadores ao golpe planejado por Vargas.

Apesar das denúncias dos bandeiristas desde junho e das articulações citadas, somente no início de novembro de 1937 a oposição ao golpe se mobilizou. Na ocasião, Armando de Salles lançou um manifesto aos chefes militares apelando para que impedissem a execução do golpe. Assim, esse ato serviria apenas para apressar o golpe sob a alegação de que o clima de desordem estava chegando ao extremismo (Fausto, 2000).

Em plena campanha presidencial, Getúlio Vargas fez uma proclamação – *Proclamação ao povo brasileiro* – em 10 de novembro de 1937 que mudaria o curso dos acontecimentos, assim, o temor dos bandeiristas tornou-se realidade. Neste pronunciamento, o Presidente comunicou que, em virtude da “profunda perturbação política, econômica e social” e das “solicitações do interesse coletivo”, o Governo Federal havia adotado medidas que afetavam as “convenções do regime” (Vargas, 1937. p. 19).

Interrompendo a “sucessão presidencial”, Vargas denunciou a “competição de grupos” que operavam “pelo suborno e pelas promessas demagógicas” (Vargas, 1937. p. 21). Por essa razão, o Presidente considerava que a “democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso”, subvertia a “hierarquia”, ameaçava “a unidade” e punha “em perigo a existência da Nação” (Vargas, 1937. p. 21). E, ainda, que, em razão dos “agitadores profissionais”, o “sufrágio universal” havia se tornado instrumento de “apetites audazes” e “luta de classes” e, em virtude disso a situação distanciou-se da “disputa pacífica das urnas” e abria campo para “choques armados”. Nessas circunstâncias, os “preparativos eleitorais foram substituídos” pelos “preparativos militares” e pelas “agitações facciosas” (Vargas, 1937. p. 22).

Em seu pronunciamento, Vargas afirmou que, quando as “competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático” (Vargas, 1937. p. 32). Por essa razão, as “formações partidárias” oferecem “perigo [...] para as instituições”, como a tentativa do “golpe extremista de 1935” (Vargas, 1937. p. 23). Outro perigo, apontado por Vargas, era o fato de que um “dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso⁶ e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares” (Vargas, 1937. p. 23).

⁶ O “documento francamente sedicioso”, citado por Getúlio Vargas, refere-se ao manifesto intitulado Aos chefes militares do Brasil. Esse documento foi escrito por Armando de Salles e lido, em 8 de novembro de 1937, na Câmara dos Deputados, por João Carlos Machado, representante do Rio Grande do Sul, e no Senado Federal, por Paulo Moraes de Barros, representante de São Paulo. Tal manifesto alertava os militares da influência do golpe de Estado que estava por vir, conclamando-os a impedi-lo para que não fosse violada a Constituição.

O pronunciamento que decretou o Estado Novo foi finalizado com as seguintes palavras:

Restauraremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino (Vargas, 1937. p. 23).

Decretado o golpe, a campanha presidencial empreendida pelos novos bandeirantes em prol da candidatura de Armando de Salles foi interrompida. Na noite de 10 de novembro de 1937, Armando de Salles foi detido em sua residência, permanecendo até o dia 20 do mês corrente. Foi levado diretamente para a Mina de Morro Velho, onde teve residência forçada, como hóspede dos engenheiros da Companhia Inglesa de Minas, até maio de 1938. Depois foi transferido para o Rio de Janeiro e em seguida regressou para São Paulo. Em fins de outubro recebeu uma intimação afirmando que deveria embarcar imediata e compulsoriamente para o estrangeiro, na qualidade de exilado político, por determinação do chefe do governo. Segundo Sousa (2013), no exílio, o ex-candidato passou pela França, Nova York e, por fim, Buenos Aires. Doente, Armando de Salles tem permissão de Getúlio Vargas para regressar ao Brasil; desembarca em São Paulo no dia 7 de abril de 1945 vindo a falecer em 17 de maio de 1945.

Apesar da interrupção das ações dos bandeiristas, no discurso de instauração do Estado Novo, encontramos alguns enunciados bastante próximos ao ideário bandeiristas como, por exemplo, o papel das Forças Armadas para manter a ordem, o Estado Forte, a autoridade conjugada com liberdade e o perigo da violência dos partidos agressivos. A semelhança entre os enunciados deve-se ao fato de que os colaboradores bandeiristas e a alta cúpula do governo varguista compartilham do pensamento autoritário. Apesar das críticas dirigidas a Getúlio Vargas pelo jornal *Anhanguera* e não se prendendo a um partido, os novos bandeirantes afirmavam que seu ideário estava a serviço da Pátria, pois bastava que um governo o colocasse em prática. Talvez essa fosse a deixa?

Segundo Rogério Lustosa Victor (2012), a expectativa de um futuro radiante com a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República no ano de 1938 era muito grande. Para o autor, o golpe de 37 não havia significado a interdição da expectativa de futuro que os integralistas haviam construído. Uma das explicações dadas por Victor

(2012) para o retardo da frustração dos integralistas é que a AIB havia corroborado com a implantação da ditadura, em virtude da articulação entre Plínio Salgado e os agentes ligados a Vargas no processo que culminou no golpe de 10 de novembro. O autor considera que, frente à força política do Integralismo, Vargas havia se aproximado do chefe da AIB para neutralizá-lo.

Em setembro de 1937, em nome do Presidente da República, Francisco Campos estabeleceu um primeiro contato com Plínio Salgado. Esses encontros já haviam sido denunciados pelo jornal *Anhanguera* para acusar que Vargas estava interferindo no processo eleitoral. Francisco Campos garantiu a Plínio Salgado que o Integralismo seria a base ideológica do futuro governo (Victor, 2012). Em 25 de outubro de 1937, nos bastidores da conspiração, Vargas se encontrará com Plínio Salgado e eles haviam entrado em acordo sobre como seria o novo regime: a substituição dos governadores por novos quadros, a reorganização da milícia integralista e a entrega da pasta da educação a um membro do Integralismo (Victor, 2012). E as negociações entre o líder integralista e os agentes da ditadura continuaram em curso após a instauração do Estado Novo. Mesmo assim, o autor considera que a perspectiva de futuro se distanciava do horizonte integralista, afirmando que os integralistas perceberam o silêncio de Vargas sobre o AIB no discurso de 10 de novembro (Victor, 2012).

Consideramos que nesse pronunciamento existia mais que o silêncio: havia a crítica aberta a qualquer organização partidária e a ameaça de perigo das organizações políticas armadas. De qualquer modo, Plínio Salgado preparava-se para organizar a base do partido único da ditadura, mas o plano de Vargas era extinguir o Integralismo (Victor, 2012). O Decreto-Lei n. 37 dissolveu todos os partidos e, com isso, a AIB deveria se transformar em uma sociedade civil e mudar de nome. Victor (2012) lembra que Plínio Salgado esforçou-se para enquadrar seu movimento à nova situação, inclusive mudando o nome para Associação Brasileira de Cultura (ABC).

No primeiro semestre de 1938, o sentimento de traição dos integralistas despertou um estado de revolta que os levaram ao levante armado. Com o fracasso do levante de 11 de maio de 1938, o Estado Novo empreendeu ampla campanha contra os integralistas, apontando Plínio Salgado e outros integralistas como criminosos (Victor, 2012).

Com a instauração do Estado Novo consagra-se a proposta autoritária e elimina-se politicamente os defensores remanescentes do Liberalismo, a exemplo do que já se fizera com os comunistas em 1935. Posteriormente marginalizou-se e persegue-se a extrema-direita representada pela AIB que, apesar de apoiar ideologicamente a nova ordem, constituía uma organização autônoma e disciplinada que poderia transformar-se em força política paralela. Com o Estado Novo estará também “firmada uma sólida aliança de Vargas com a corporação militar e o compromisso por parte do governo de promover o desenvolvimento econômico do país, o que lhe garantirá o crescente apoio de setores da burguesia” (Gomes; D’Araújo, 1987. p. 3). Por fim, sem a “força política” que Vargas pretendia arregimentar para o seu lado, o Estado Novo passou a incorporar outros intelectuais a sua máquina de propaganda. Entre os quais, encontramos os bandeiristas Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia.

Uma semana após a tentativa do golpe integralista, Ademar de Barros enviou carta a Getúlio dando “bons antecedentes” de Cassiano Ricardo. Ademar de Barros informou que Cassiano iria ao Rio por dois dias para dar informações sobre a situação de São Paulo e que o poeta já havia se tornado um “amigo e um bom colaborador⁷”. Ainda em 1938, Luiz Vergara – então secretário de Getúlio Vargas – consultou Cassiano Ricardo sobre um possível encontro dele com o presidente, a quem João Neves havia mostrado um exemplar de *O Brasil no original* (1937). O poeta, acompanhado por Menotti Del Picchia, é recebido por Vargas e, da conversa, surge a constatação de que havia pontos de contato entre o pensamento político bandeirista e o Estado Novo. Assim como após 1930, os laços com antigos políticos e o regime não impediram a adesão de Cassiano Ricardo à nova ordem política.

Em 1939 Cassiano Ricardo mudou-se para o Rio, onde passou a trabalhar na elaboração da revista de rotogravura *Brasil Novo*, reproduzindo a mesma estética imagética experimentada na revista *S. Paulo* (1936). Ao retornar para São Paulo, assume a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda e publica a revista *Planalto*,

⁷ Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/gv/textual/carta-de-ademar-pereira-de-barros-a-getulio-vargas-apresentando-cassiano-ricardo-que-lhe-dara-informacoes-sobre-sao-paulo-sao-paulo-vol-xxix-75a/> Acessado em 14 abr. 2024

ambos entendidos como publicidade do estadonovismo em São Paulo. Aproximando ainda mais os laços com o Estado Novo, Cassiano Ricardo retornou ao Rio de Janeiro em 1941 e assumiu, a convite de Getúlio Vargas, a direção do jornal *A Manhã*. Em São Paulo, Menotti Del Picchia assumiu a direção do jornal *A Noite* (Sodré, 1999, p. 384). Um dos alvos de Cassiano Ricardo nos editoriais de *A Manhã* foi o tradicional jornal *Correio Paulistano*⁸.

A partir do momento que o DIP ficou subordinado à presidência, teve o apoio direto de Cassiano Ricardo. Este encarregou-se da chefia do Departamento de Divulgação Político Cultural. O departamento chefiado pelo poeta foi responsável por transmitir crônicas culturais frequentemente assinadas por ele. Para Trubiliano e Martins Junior (2008), na condição de aliado e propagandista do regime, Cassiano Ricardo produziu suas pesquisas históricas, centrando seus estudos nos elementos definidores da cultura brasileira e suas implicações na esfera política. É importante ressaltar que muito do que Cassiano Ricardo utilizou como base ideológica já havia sido configurada no seio do ideário do Movimento Bandeira. Em outras palavras, muito do que se desenvolveu durante o Estado Novo correspondia ao que Cassiano Ricardo e o grupo de intelectuais reunidos em torno do Movimento Bandeira defendiam, ou seja, a necessidade do Estado criar órgãos de controle da informação e produção cultural, de forma que a ação política dos intelectuais deveria unir-se pela defesa dos interesses da Nação.

Considerações finais

Como foi possível perceber, o Movimento Bandeira fortaleceu-se no contexto da campanha presidencial no segundo semestre de 1937. Ao construir o ideário do movimento, esses intelectuais se apropriaram do poema "Martim Cererê" (1927) e do "mito bandeirante" e os transferiram para os debates do campo político em meados da década de 1930. Frente ao clima de tensão da sucessão presidencial, os "novos

⁸ Nelson Werneck Sodré no seu livro de memórias diz que Oliveira César, diretor do *Correio Paulistano*, pediu-lhe para que nas suas colunas semanais não fizesse menção alguma a Cassiano Ricardo, pois este, tornara-se um "implacável inimigo do jornal" (Sodré, 1970, p. 226). No mesmo livro, Sodré destaca outras críticas de intelectuais contra o "oportunismo político" de Cassiano Ricardo, em especial as de Monteiro Lobato (ver Sodré, 1970, p. 325).

bandeirantes” inseriram em seu discurso questões como o “perigo comunista”, as “ameaças nazistas”, a “agressividade do Integralismo”, as “interferências de Vargas no pleito presidencial” e o papel das Forças Armadas na defesa da ordem. Além dessas questões, os “novos bandeirantes” também defendiam a instauração de um “Estado Forte” que sobressaísse às experiências da Democracia Liberal presente na República. Para eles, somente essa proposta poderia criar uma Democracia Social Nacionalista que disciplinaria os interesses individuais em prol da Nação.

No campo das disputas políticas de meados da década de 1930, os novos bandeirantes se colocavam como quarta via frente à proximidade da sucessão presidencial marcada para 1938. Com base nesse projeto, o Movimento Bandeira apoiava a candidatura de Armando de Salles não somente para pôr o projeto bandeirista em ação, mas para a consolidação do projeto paulista e devolução do seu papel de destaque no campo político nacional.

Referências Bibliográficas

- A AUTONOMIA DO RIO GRANDE. Anhanguera, São Paulo, 1 de Julho de 1937, p. 1.
- CAPELATO, Maria Helena R. e PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"). Editora Alfa - Omega, São Paulo: 1980
- CAPELATO, Maria Helena R. O Movimento de 1932. A Causa Paulista. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1981.
- COARACY, Vivaldo. A sala da capela. São Paulo: José Olympio, 1933.
- DUAS MENTALIDADES. Anhanguera, São Paulo, 30 de Junho, 1937, p. 1.
- FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP/ IMESP, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOPES, Raimundo Hélio Lopes. "Cada brasileiro recebe a parcela do insulto que lhe cabe": regionalismo, separatismo e bairrismo no processo de mobilização cearense durante a Guerra de 1932. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/raimundo.pdf>> Acesso em: 08/04/2015
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica In: LINHARES, Maria Yedda (org). História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MONTEIRO, Amilton Maciel. Cassiano: fragmentos para uma biografia. São José dos Campos, SP: Univap, 2003.
- NOVAES, Antenor. Em dia com a opinião nacional. Anhanguera, São Paulo 2 de julho, 1937, p. 1.
- O LÍDER DA MAIORIA. Anhanguera, São Paulo 29 de Junho, 1937b, p. 1.
- O SR. GETÚLIO VARGAS ESTÁ INTERVINDO ABERTAMENTE NA CAMPANHA PRESIDENCIAL. Anhanguera, São Paulo 3 de agosto, 1937, p. 1.
- O TRAPEZISTA. Anhanguera, São Paulo 26 de Junho, 1937a, p. 1.
- OSÓRIO, Manoel. A Guerra de São Paulo: esboço crítico do maior movimento armada do Brasil. São Paulo: Editora Americana, 1932.
- PICCHIA, Menotti Del. A revolução paulista: através de um testemunho do gabinete do Governador. 4ª edição. São Paulo: Livraria Teixeira, 1932.
- QUE DIABOS. Anhanguera, São Paulo 30 de Julho, 1937, p. 1.
- RICARDO, Cassiano. Viagem no tempo e no espaço (memória). Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 334 p.

SANDES, Noé Freire. O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-1937). Goiânia: Editora UFG, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um escritor (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

SOUZA, Carolina Soares. “Para que o Brasil continue”. Armando de Salles Oliveira e a comunidade política do jornal O Estado de S. Paulo: entre a memória e a história (1933- 1945). Disponível em: Acesso em: 08/04/2015

TROCANDO O SR. JOSÉ AMÉRICO PELO SR. PLINIO SALGADO. Anhanguera, São Paulo, 21 de Julho de 1937, p. 1.

Data de Submissão: 26/05/2024

Data da Avaliação: 26/07/2024